

Seplan não vê como forçar moratória

linda ext

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República rejeita inteiramente as especulações de que a decretação de uma moratória da dívida externa do País estaria hoje mais iminente do que nunca. Categorizadas fontes do órgão disseram ontem que não há nesse Governo, e dificilmente haverá no próximo, condições políticas para uma medida desse porte, que, segundo elas, implica a necessidade de grande concentração de poder, porque, quase sempre, "é tomada de cima para baixo".

Os informantes asseguraram que a posição da Seplan continua sendo a da renegociação da dívida externa nos atuais moldes, porém em melhores termos. "As condições atuais são iníquas", revelou um deles, acrescentando

que o Brasil, e cada um dos demais países latino-americanos signatários e favoráveis ao protesto conjunto contra o atual ordenamento do sistema econômico internacional, vão independentemente do resultado da reunião que será realizada possivelmente em Bogotá, "negociar individualmente os seus problemas de finanças externas", mesmo que haja situações em comum.

O Brasil, assinalaram os informantes, vai continuar a realizar o seu programa de estabilização econômica, sem apelar para decisões drásticas do tipo moratória unilateral. O País, comentou um deles, pode chegar à condição do México que, de acordo com o informante, já está recebendo "empréstimos voluntários" do sistema financeiro internacional

para financiar o seu desenvolvimento econômico. Isso, explicou a fonte, só está ocorrendo porque aquele país vem realizando com sucesso o seu programa de ajustamento econômico.

Na Seplan, a opinião é de que o Brasil também tem conseguido muitos êxitos no programa de ajustamento da sua economia, reduzindo, com bastante velocidade, a sua dependência externa, principalmente no campo da energia. Essa situação, entretanto, não pode, segundo os informantes, ser interpretada como um espaço onde poderia se construir a idéia da decretação da moratória. A suspensão unilateral do pagamento do principal e do serviço da dívida brasileira implicaria não só a imediata suspensão dos empréstimos exter-

nos de bancos privados e instituições internacionais (como o Fundo Monetário Internacional, BIRD, BID etc) e ônus jurídico de difícil previsão, como, assinalaram os informantes, um "agravamento da austeridade econômica interna", totalmente incompatível, segundo eles, com o desenvolvimento da abertura econômica que se desenvolve como consequência da abertura política. Um agravamento da austeridade econômica seria, do ponto de vista desses assessores de Delfim Netto, algo extremamente perigoso, porque poderia facilmente desaguar numa situação social explosiva, uma vez que isso envolveria por exemplo, mais redução real de salários (que já estão extremamente achatados) e redução de investimentos.